

27 JUL 1999

“A verdade sobre a Bahia”

Recebemos do senador Antonio Carlos Magalhães a seguinte carta: “Que fique claro, de início, se é que alguém ainda tem dúvida, que a Bahia é a razão da minha vida. Por ela, luto e continuarei lutando até o último de meus dias. Nada me fará mudar. Nem as incompreensões, as leviandades e nem mesmo as agressões. Quanto mais injustiças contra mim, mais carinho e estímulo recebo dos baianos. A luta que travamos hoje não é nova. E não surpreende que nos últimos dias se tenha instalado na imprensa do Sudeste do País, inclusive no Estado, uma campanha preconceituosa contra o Nordeste, especialmente a Bahia. O fato é que a opção da Ford de instalar-se em meu Estado mexeu em velhos preconceitos e despertou interesses mesquinhos, que querem perpetuar no Nordeste uma economia artesanal.

Nessa campanha, manipulando dados estatísticos, distorcem informações, sem o menor compromisso com a verdade. A reportagem da edição do Estado do dia 25, sob o título A Bahia continua pobre após três mandatos de ACM, se insere nesse esforço. A parcialidade é flagrante, tanto que o repórter “habilmente” escolheu e indicou como fonte de números que apresenta na empulhação “pesquisadores ligados à oposição ao senador da Bahia”. Reproduz, abrigado pelas aspas de um “interlocutor de ACM”, um discurso claramente oposicionista às forças que transformaram a Bahia nos últimos oito anos. E as poucas fontes identificadas são adversários políticos, que hoje estão reduzidos a nada, do ponto de vista eleitoral, o que deixa à mostra a má-fé, o claro objetivo de escamotear a verdade.

Conforta-me saber que nem todos se dobram e se engajam nessa campanha. Tanto que, na mesma edição do Estado, no caderno Cidades, o escritor e jornalista Ignacio de Loyola Brandão sugere Que tal importar o Imbassahy? ao escrever sua crônica sobre uma visita a Salvador, comparando o que viu com a cidade de São Paulo. Imbassahy, Antônio Imbassahy, é o prefeito de Salvador e, no texto, Loyola afirma: “Tem o ACM por trás das mudanças? O ACM levou dinheiro para a Bahia? Está bem. E nossos políticos fazem o quê? Dinheiro foi e empregado está. Em São Paulo, o dinheiro desaparece diante dos olhos complacentes de uma Câmara vernal e de um prefeito indifferente e omissivo...” E acrescen-

ta: “O soteropolitano exibe a sua cidade com orgulho. Lugar onde se pode viver, andar, passear, relaxar, respirar... Ah, Salvador! Como te invejo na resposta que você dá aos seus habitantes, na lição de viver e do prazer.”

Dois dias antes, ao jornal Folha de S. Paulo, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, afirmou: “Gostaria que tivéssemos pelo menos duas dúzias de Antonio Carlos Magalhães defendendo o Estado de São Paulo da mesma maneira que o senador Antonio Carlos Magalhães defende a Bahia.” Então, por que investem com a baba do ódio contra alguém que serve a sua terra e luta para servir ao Brasil? Será por causa da suposição de uma candidatura minha – que nem sequer existe – à Presidência da República?

Além do episódio da Ford, que pode significar o início de um processo de desconcentração do desenvolvimento industrial e de redução das desigualdades regionais, voltam-se contra mim, agora, porque chamei a atenção para que todas as pessoas e empresas, especialmente os grandes grupos econômicos, se unam e contribuam legalmente para um projeto, qualquer que seja ele, para erradicar a pobreza. Distorcem os fatos, falam de criação de novo imposto, quando na realidade a idéia é transferir parte da arrecadação de alguns já existentes para um fundo a ser gerido pela sociedade civil no combate à pobreza. Isso porque está mais que claro que o governo não é um bom gestor e as iniciativas que fez para acabar com a miséria não obtiveram os resultados desejados.

A reportagem publicada no Estado é uma vã tentativa de me desqualificar para a iniciativa e a discussão sobre o tema. O esforço que se faz agride o bom senso e a ética jornalística. A manipulação ficou evidente demais, e não engana ninguém. Da primeira à última linha está clara a má vontade, a parcialidade e o odioso objetivo a que se propõe. Mas vamos à verdade sobre a Bahia:

É preciso que se diga que o Nordeste continua sendo um grande desafio nacional no que diz respeito à dívida social. Apresenta, por exemplo, 55% dos analfabetos do País, 45% das famílias mais pobres, 55% dos indigentes brasileiros e 50% dos indivíduos com consumo calórico abaixo do necessário, conforme estudo publicado pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo do Estado de São Paulo.

A Bahia está inserida nesse quadro de subdesenvolvimento e possui dois terços do seu território encravado no semi-árido, onde cerca de 5 milhões de nordestinos vivem em condições climáticas adversas. É também o Estado com maior população rural do País, 38% – e, da sua população economicamente ativa, 44% está no campo. Esses dados, por si sós, já sinalizam as dificuldades e os desafios da questão social. A questão do semi-árido está ligada essencialmente à disponibilidade de recursos hídricos. Temos feito a nossa parte. Só no meu governo, investimos cerca de US\$ 400 milhões na construção de infraestrutura hídrica e no combate à seca no semi-árido.

Não é verdade que não tenham havido avanços sociais em nosso Estado. Com relação à saúde, a mortalidade infantil vem caindo significativamente desde 1991. A taxa de óbito, que naquele ano era de 57,3 por mil crianças nascidas, em 1998 reduziu-se para 49,8. A mortalidade materna, entre 94 e 97, caiu 34%. A incidência de doenças infecciosas e parasitárias, que em 1990 era de 7,7%, em 1996 já registrava uma redução para 6,6%. A Bahia, hoje (e talvez o site do Ministério da Saúde possa confirmar), é o Estado com maior número de agentes comunitários de saúde, cerca de 15 mil, cobrindo

96% do território baiano. Para restabelecer a verdade, cabe dizer que a Bahia é, talvez, o único Estado a cumprir a exigência do Ministério da Saúde de aplicar 10% dos seus recursos próprios no setor de saúde.

A alegação absurda de que só agora o investimento na área social começa a ser feito, com base nos índices de repasse per capita do Sistema Único de Saúde (SUS) para a Bahia, é uma prova contundente da perfídia contida na reportagem. A Bahia ocupava a 21.ª posição em repasses do SUS por uma distorção contra a qual a banca federal baiana vinha lutando desde 1991. E só alcançou a 13.ª posição que hoje ocupa porque os deputados, meus companheiros, ameaçaram não aprovar o Orçamento da União caso o Ministério da Saúde não reparasse tal injustiça. E o êxito dessa luta beneficiou outros Estados da região, até então penalizados na distribuição de verbas públicas para a saúde.

A área de educação é outra que revela os avanços sociais na Bahia. Segundo dados do IBGE, a taxa de analfabetismo, que em 1990 era de 39,6%, caiu para 29,2% em 97, na faixa de 5 a 7 anos. E, na faixa de 7 a 14 anos, no mesmo período, registrou um declínio de 43,8% para 24,8%. A taxa de escolarização também cres-

ceu. No ensino fundamental, que era de 77% em 1994, esse índice cresceu para 94,7% em 1998, ou seja, apenas 5,3% dos 2,5 milhões de baianos de 7 a 14 anos continuam fora da escola. Segundo o próprio ministro da Educação, Paulo Renato, a Bahia foi o Estado que registrou, de 1995 a 1997, o maior avanço entre os Estados brasileiros nos ensinos fundamental e médio, subindo dez posições no ranking, passando da 18.ª colocação para a 8.ª. Entre 1991 e 1998, o número de crianças matriculadas no ensino fundamental aumentou em 25%, e a média de aprovação, que em 90 era de 64,85%, pulou para 71%.

Esses avanços sociais foram possíveis – os dados atualizados podem ser ainda mais auspiciosos, embora estejamos trabalhando num quadro de pobreza e de atraso históricos – porque nos últimos oito anos a Bahia vem trabalhando unida e com seriedade, preparando-se para dar um salto de qualidade no Nordeste e enfrentar os novos desafios que se avizinhavam numa sociedade globalizada e mais competitiva. Restabelecemos a moralidade na gestão da coisa pública e equilibramos as contas do Estado. Empreendemos a reforma administrativa com o enxugamento da máquina pública, antes mesmo da União e da maioria dos Estados. Somos um Estado financeiramente equilibrado, o que nos assegura o reconhecimento das autoridades econômicas do País e de organismos internacionais de desenvolvimento, como o Bird e o BID, entre outros.

Os recursos salvos da corrupção que grassou no governo de meus adversários – o quilômetro de estrada tinha 700 metros antes de 1991 – foram aplicados nesse período para preparar a infraestrutura econômica do Estado para o salto que hoje podemos dar abrigando empresas com o porte da Ford. Construímos mais de 3 mil quilômetros de estradas com recursos próprios e a parceria do BID. Pela seriedade desse programa, vamos construir mais 3 mil quilômetros sem um único tostão do governo federal. Também com a parceria de organismos internacionais estamos executando o maior programa de saneamento básico em curso no País e na América Latina, o programa Bahia Azul, que vai garantir esgotos para a população de toda a Região Metropolitana de Salvador e das cidades do recôncavo situadas no entorno da Baía de Todos os Santos. Es-

se é um investimento cujas repercussões nos índices sociais e no meio ambiente serão medidas em futuro próximo. Salvador, por exemplo, passará a ter uma cobertura de esgotamento sanitário de 80% e ficará em melhor posição que qualquer outra cidade do País.

Não nos descuidamos em ampliar a oferta de empregos para os baianos e aqui no Estado praticamos a descentralização industrial que pregamos para o País. Atraímos uma forte indústria calçadista, que hoje está implantada e produzindo, gerando emprego e renda em cidades do interior do Estado. Em plena crise do cacau, diversificamos a economia do sul do Estado, implantando um Pólo de Informática em Ilhéus. Não descuidamos também do turismo. A recuperação do Pelourinho e do Centro Histórico de Salvador é motivo de admiração de todo o País. Construímos os Aeroportos de Porto Seguro, hoje o segundo maior do Nordeste, e o da Chapada Diamantina, abrindo uma nova frente do ecoturismo nacional. Construímos a Linha Verde, primeira estrada ecológica do País, que viabilizou empreendimentos turísticos importantes no litoral norte de Salvador, além de inúmeras outras obras para fortalecer a atividade turística, uma vocação natural da Bahia.

O fato é que a Bahia, desde 1991, se preparou para os desafios do futuro. E se beneficiou com a continuidade administrativa que se vem verificando por meio do voto popular. Examinem os números das finanças baianas ou ouçam as autoridades econômicas do Brasil. A uma só voz dirão que a Bahia é o melhor ou um dos melhores Estados da Federação em equilíbrio financeiro. É assim que se trabalha no presente e se constrói o desenvolvimento. Com coragem, honestidade e visão do futuro.

Portanto, não são calúnias e textos jornalísticos deliberadamente equivocados que vão me abater nessa luta. Responderei rebatendo a todas as insinuações malévolas e às tentativas de desviar a atenção do verdadeiro centro da questão que é a indifereção da má vontade de segmentos de São Paulo em relação a tudo que signifique desenvolvimento do Nordeste e das regiões pobres do País. Não adianta tentar intrigar-me com a Bahia, sobretudo porque os baianos me conhecem. Sabem que não faltarei à Bahia, como não tenho faltado ao longo de minha vida pública.”

NOTA DA REDAÇÃO

Uma vã tentativa

Seja qual for “a verdade sobre a Bahia”, há uma verdade sobre este jornal que o missivista não tem o direito de ignorar: o Estado não faz nem participa de “campanhas preconceituosas” – muito menos contra o Nordeste – nem tampouco publica reportagens ou artigos com o intuito de “desqualificar” quem quer que seja para a discussão de qualquer tema, mesmo porque sobre o tema a que ele se refere – criação de novo imposto – já demos nossa opinião em editorial publicado na última sexta-feira, intitulado Um factóide levado a sério, opinião, aliás, confirmada pelo senador baiano, que na matéria desta página volta atrás da sua proposta inicial, afirmando que não se trata de novo imposto, mas de “transferir parte da arrecadação de alguns já existentes para um fundo a ser gerido pela sociedade civil

no combate à pobreza”. Repudiamos, enfaticamente, portanto, as despropositadas acusações de “manipulação”, “parcialidade” e outras expressões do gênero, todas elas desprovidas do mais remoto fundamento objetivo e debitáveis, na melhor das hipóteses, ao conhecido estilo do missivista. Parcial, a propósito, é o texto de sua autoria, que, ao comentar a reportagem, estranhamente omite que ela incluiu pormenorizada contestação aos números apresentados, feita pelo seu irmão, secretário estadual da Saúde, a quem o repórter ouviu com não menor isenção do que às demais fontes citadas. Por último e por óbvios motivos, dispensamos o missivista de nos ministrarem aulas de ética jornalística. Essa, sim, para usar as suas palavras, é uma “vã tentativa”.